

Medida Multidimensional da Pobreza: um exercício em Palmeira das Missões – RS

Solange Regina Marin¹

Janaina Ottonelli²

RESUMO

Quando se fala em pobreza, as pessoas imaginam que pobres são apenas aqueles que não possuem recursos monetários necessários à sobrevivência. Pesquisas anteriores realizadas para o Rio Grande do Sul apontam a necessidade de um diagnóstico que indique outras faces da pobreza. Verifica-se, portanto, a urgência de informações qualitativas mais desagregadas no sentido de contribuir para a análise da pobreza como privação de capacitações que possa servir de base para futuras políticas públicas. O argumento deste artigo é o de que uma pessoa pode ser pobre por não ter acesso aos serviços básicos como educação, saúde, energia elétrica, água encanada, saneamento básico e ainda por não ter capacitações básicas que são importantes para a liberdade de escolha entre diferentes tipos de vida. Nesse contexto, os principais objetivos são: i) apresentar o conceito de pobreza como privação de capacitações e algumas medidas multidimensionais de pobreza e ii) calcular a partir da abordagem das capacitações uma medida multidimensional para a pobreza tendo como objeto de análise o município de Palmeira das Missões-RS.

Palavras-Chave: pobreza, medida multidimensional, Palmeira das Missões.

INTRODUÇÃO

O problema em questão é muito mais amplo do que apenas uma discussão sobre qual o melhor método operacional para descrever e caracterizar pobreza. O que está em evidência, quando se fala de medidas uni ou multidimensionais da pobreza, é diferentes conceituações para o processo de desenvolvimento. Se o desenvolvimento for entendido como apenas geração de riqueza, as medidas monetárias de pobreza podem ser os melhores indicadores do desenvolvimento econômico e, por consequência, a renda *per capita* como medida de bem-estar.

Se a renda monetária fosse o único critério para analisar e caracterizar a

¹ Doutora em Desenvolvimento Econômico pela UFPR, Professora Adjunta do Departamento de Ciências Econômicas/UFMS e Membro do Conselho Editorial da Revista Economia e Desenvolvimento/UFMS. marin@smal.ufsm.br

² janainaottonelli@yahoo.com.br

pobreza, seria possível afirmar, a partir de dados do PNUD, que houve uma redução no número de pessoas pobres em Palmeira das Missões³. Porém, essa avaliação seria muito conservadora no sentido de considerar somente a falta de renda como dimensão exclusiva da pobreza. Por outro lado, se aceitarmos a noção de desenvolvimento como um processo de expansão das capacitações das pessoas, as medidas multidimensionais seriam mais adequadas para caracterizar a pobreza e o IDH seria a medida para a qualidade de vida das pessoas desde que está baseada em informações constitutivas do bem-estar dessas pessoas. Todas as formas de privação (baixos níveis de educação e saúde, vulnerabilidade e exposição a riscos) estão relacionadas com a abordagem das capacitações de Amartya Sen (1981, 1985, 1992, 1999). Além disso, uma perspectiva mais ampla para privação, através de uma melhor caracterização de pobreza na realidade, aumenta nosso entendimento de suas causas e auxilia na proposta de políticas (WDR, 2000/2001, p. 15).

A hipótese a ser discutida neste artigo é a de que se a pobreza, compreendida em uma perspectiva mais ampla, poderia apontar uma realidade diferente para a dinâmica da pobreza na cidade de Palmeira das Missões. Ou seja, numa perspectiva multidimensional, existem fatores qualitativos que influenciam a pobreza? Se existem esses aspectos qualitativos, quais são eles e em que medida afetam a pobreza? Seria possível pensar em políticas públicas tendo como base os fatores qualitativos da pobreza que favorecessem os desenvolvimentos humanos, sociais e econômicos na cidade de Palmeira das Missões?

O município de Palmeira das Missões está localizado na região noroeste do Rio Grande do Sul, tem uma área de 1.549,8 km² e densidade demográfica de 24,6 hab/km². Seu ano de fundação é 1874 e dista 311,9 km de Porto Alegre. Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (2003), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) passou de 0,725 em 1991 para 0,784 em 2000.

O artigo tem como principal objetivo investigar os aspectos qualitativos da pobreza no município de Palmeira das Missões, especialmente entre as mulheres e como objetivos específicos: apresentar a definição de pobreza como privação de capacitações e algumas medidas multidimensionais de pobreza e apresentar uma proposta de medida multidimensional para a pobreza tendo como *background* a abordagem seniana e contribuir para a análise da pobreza como privação de capacitação no Rio Grande do Sul. Além desta introdução, o artigo apresenta a noção de pobreza como privação de capacitação e as medidas de pobreza derivadas desse conceito (seção 1), a construção de uma medida de pobreza multidimensional (seção 2) e os resultados e discussões (seção 3). Por fim são levantadas algumas considerações.

³ A pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$75,50, equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000) diminuiu 29,45%, passando de 50,3% em 1991 para 35,5% em 2000 (Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2003).

POBREZA DE QUÊ: O CONCEITO DE POBREZA COMO PRIVAÇÃO DE CAPACITAÇÃO

Seguindo o questionamento levantado por Sen (1982), este artigo discute a *pobreza de quê*, ou seja, analisa em qual espaço informacional o conceito de pobreza e sua medida seria melhor caracterizado e pesquisado. Não é apenas retórica que está envolvida nesta discussão, mas a necessidade de estudar quais são as dimensões e indicadores relevantes para caracterizar a pobreza em uma perspectiva multidimensional que considere as informações sobre a vida das pessoas de uma determinada localidade geográfica.

A pesquisa sobre pobreza tem passado por uma evolução construtiva nos últimos anos no sentido de caracterizar esse fenômeno de maneira mais ampla e assim viabilizar informações que possam servir de base para políticas públicas⁴. O foco da pesquisa não é, portanto, apenas teórico e investigativo, mas, sobretudo, prático.

A discussão em torno dos diferentes conceitos de pobreza ao longo dos anos apresenta uma caracterização dentro de diferentes espaços informacionais. Por exemplo, se adotada a noção de insuficiência de renda como única característica do ser pobre está-se operando no espaço exclusivo da renda monetária. Porém, se ser pobre passar a ser também insuficiência na realização de funcionamentos importantes para a pessoa, o espaço informacional se tornou mais amplo e mais coerente com as diferentes situações das pessoas.

Os estudos de Amartya Sen (1981, 2000) mostram que há a necessidade de considerar outras variáveis, além da renda, para medir a pobreza tais como acesso à educação, saúde, habitação, saneamento e também a liberdade de escolha entre os tipos de vida que uma pessoa tem razão de valorizar. Para ele, a pobreza pode ser avaliada pela privação de capacitações.

Seguindo os ensinamentos de Sen, o Relatório de Desenvolvimento Humano (1997) do PNUD definiu a pobreza como a “negação das escolhas e oportunidades básicas para o desenvolvimento humano”, uma medida multidimensional preocupada com a qualidade de vida das pessoas.

POBREZA COMO PRIVAÇÃO DE CAPACITAÇÕES

Amartya Kumar Sen nasceu em Santineta, Índia, em 1933, e estudou na escola Visva-Bharati, fundada por Rabindranath Tagore. Lecionou na *Delhi School of Economics* e na *London School of Economics*, de 1971 a 1982. Foi professor de filosofia e economia em Harvard por mais de uma década. Recebeu seu Ph.D. em 1959 no *Trinity College (Cambridge University)* com a tese sobre as escolhas de

⁴ Para uma discussão sobre a evolução da noção de pobreza ver Codes (2008).

técnicas nas economias em desenvolvimento. Pode ser considerado a principal autoridade mundial em teoria da escolha social e Economia do Bem-Estar. No ano de 1998 foi condecorado com o prêmio Nobel de Economia devido fundamentalmente à sua mensagem de alerta quanto à importância das considerações morais necessárias à Economia do Bem-Estar.

Segundo Sen (1981), passar fome é uma característica de alguns indivíduos não *terem* o que comer. Não é a característica de não *existir* comida suficiente para se comer, apesar de a não existência do alimento poder ser uma das causas de as pessoas não possuírem alimentos. As condições para conceituar a pobreza são, primeiramente, definir quem deve ser o foco do estudo, ou seja, identificar os pobres; especificar o conceito de pobreza baseado nas condições dos pobres; e utilizar um método para agregar as características de um grupo de pessoas pobres dentro de uma visão ampla de pobreza (“agregação”).

Dentre as diferentes noções e medidas de pobreza, Sen ressalta que o estudo da pobreza deve ser entendido em diferentes espaços informacionais e que a pobreza poderia ser vista como insuficiência de capacitações. Para poder falar de insuficiência das capacitações, é preciso conceituar as partes constituintes da abordagem seniana que são os funcionamentos e as capacitações.

O conceito de ‘funcionamentos’, que tem raízes distintamente aristotélicas, reflete várias coisas que uma pessoa pode considerar valioso fazer ou ter. Os funcionamentos valorizados podem variar dos elementares, como ser adequadamente nutrido e livre de doenças evitáveis, a atividades ou estados pessoais muito complexos, como poder participar da vida da comunidade e ter respeito próprio. (Sen, 2000, p. 95)

A “capacitação” de uma pessoa consiste nas combinações alternativas de funcionamentos cuja realização é factível para ela. Portanto, a capacidade é um tipo de liberdade: a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos (ou, menos formalmente expresso, a liberdade para ter estilos de vida diversos). Por exemplo, uma pessoa abastada que faz jejum pode ter a mesma realização de funcionamento quanto a comer ou nutrir-se que uma pessoa destituída, forçada a passar fome extrema, mas a primeira pessoa possui um “conjunto capacitário” diferente do da segunda (a primeira pode escolher comer bem e ser bem nutrida de um modo impossível para a segunda). (Sen, 2000, p. 95)

Para melhor exemplificar os funcionamentos e as capacitações, Sen (1992) cita o exemplo de duas pessoas: uma rica que decide jejuar e uma pobre que passa fome. Em relação ao funcionamento “estar bem alimentadas”, ambas estão no mesmo funcionamento, ou se seja, ambas estão passando fome. Porém, as duas pessoas possuem capacitações diferentes; a pessoa rica teve a liberdade (oportunidade) de escolher passar fome, já a pessoa pobre não, ela não tem a oportunidade de escolha entre jejuar ou não jejuar. As opções de escolhas são diferentes para as duas pessoas, uma vez que a segunda não tem a liberdade de escolher não passar fome.

A abordagem da capacitação avalia as oportunidades da pessoa em termos de sua habilidade atual de atingir os vários funcionamentos como parte do viver (Sen, 1993, p. 30). O que está em discussão é a caracterização da oportunidade da pessoa em uma forma objetiva, isto é, por meio de seu conjunto de funcionamentos. Por isso, Sen entende pobreza como um fenômeno multiface e ressalta que:

Deprivation is best seen in terms of the failure of certain basic functionings (such as being physically fit), rather than in terms of variables such as income or calorie intakes which should be seen as means and not as ends in themselves (Sen, 2002, 42).

Essa discussão está relacionada com a distinção entre meios e fins humanos. Sen (2002, pp. 12-14) cita Aristóteles, que destaca que a riqueza em si não é o bem que procuramos, ela é útil para atingir alguma mais "*Aristotle saw 'the good of human being' in terms of the richness of 'life in the sense of activity', and thus argued for taking human functionings as objects of value*" (Sen, 2002, p. 12). Nesse sentido, o conceito de funcionamento tem raiz aristotélica na medida em que reflete coisas que a pessoa valora fazer ou ser (Sen, 1999, pp. 74-6).

Segundo Sen (2002, p. 13), é possível argumentar que o objetivo principal da ação pública é a expansão das capacitações dos indivíduos para realizar seus seres e fazeres mais valorados. Assim, a abordagem da capacitação pode servir de uma guia para os objetivos a serem seguidos em uma batalha contra a fome e pobreza desde que considera os seres e fazeres das pessoas e suas capacitações correspondentes.

No sentido de colaborar para a interpretação e análise do fenômeno pobreza em uma esfera multidimensional, foram sendo desenvolvidas medidas também compatíveis com a evolução do pensamento científico sobre o que é ser pobre. Atualmente, pode-se afirmar que existe um consenso sobre o caráter multidimensional da pobreza que demanda formas cada vez mais amplas e complexas de medição. Porém, cabe ressaltar o argumento de Mestrum (2002, p. 37 apud Codes, 2008, p. 26) de que por mais pertinente que seja a abordagem da pobreza como fenômeno multidimensional, ela apresenta dificuldades tais como: a dificuldade da avaliação quantitativa – problema em agregar diferentes dimensões em um único indicador devido à questão de como ponderar cada uma delas e o perigo de correr o risco de confundir suas diferentes dimensões com a pobreza propriamente dita e deixar a último plano a questão da renda.

Portanto, a evolução do pensamento científico em torno do fenômeno pobreza também parece ser acompanhada de esforços de medição que, por tratarem de múltiplas dimensões e diferentes ponderações, ainda precisam de desenvolvimentos. Contudo, essas medidas mais amplas já representam um avanço frente às medidas unidimensionais e são ferramentas indispensáveis para administradores públicos envolvidos com políticas públicas de combate à pobreza.

Na busca de um melhor entendimento da pobreza como um fenômeno multifacetado, discutem-se as medidas multidimensionais que parecem ter como pano de fundo o conceito de pobreza seniano.

MEDIDAS MULTIDIMENSIONAIS DE POBREZA

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

No sentido de expandir o espaço informacional da pobreza passou a ser calculado o índice de desenvolvimento humano (IDH) que busca superar o caráter estreito da renda *per capita* como medida de bem-estar de uma sociedade.

O índice de desenvolvimento humano (IDH) foi criado na década de 1990 pela Organização das Nações Unidas (ONU) para servir de base empírica para os Relatórios de Desenvolvimento Humano (RDH) que são responsáveis por monitorar o processo de desenvolvimento mundial. Esse foi o primeiro índice multidimensional criado e teve a característica de expandir o espaço informacional utilizado para medir a pobreza.

O IDH mede o desenvolvimento humano de uma dada região geográfica tais como uma cidade, um estado ou um país. Segundo o RDH (2007), esse índice é uma medida que sintetiza os diversos índices de desenvolvimento humano e é calculado com base em três dimensões:

- Ter uma vida longa e saudável, medida através da esperança de vida ao nascer;
- Nível de conhecimentos, medido através da taxa de alfabetização de adultos (com ponderação de dois terços) e da taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos básicos, secundários e superiores (com ponderação de um terço);
- Nível de vida digno, medido através do PIB *per capita* (PPC em U\$).

Como o IDH sintetiza os diversos índices, é necessário criar, primeiramente, um índice para cada uma das três dimensões, através da fórmula a seguir, sendo o desempenho de cada dimensão expresso em valores entre 0 (pior) e 1 (melhor).

Índice de dimensão = $\frac{\text{valor efetivo} - \text{valor mínimo}}{\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}}$. O RDH (2007/2008) apresentou os valores máximos e valores mínimos fixados para cada dimensão:

Dimensão	Valor mínimo	Valor máximo
Esperança de vida à nascença (anos)	25	85
Taxa de alfabetização de adultos (%)	0	100
Taxa de escolarização bruta combinada (%)	0	100
PIB per capita (PPC em USD)	100	40.000

Para exemplificar: se a esperança de vida no Brasil, em 2005, foi de 71,7 anos, o índice de esperança de vida desse país será de:

$$71,7 - 25/85 - 25 = 0,7783$$

Depois de calculados os índices de cada dimensão, o IDH é obtido com a média simples entre eles:

IDH = 1/3 (índice da esperança de vida ao nascer)

+ 1/3 (índice do grau de instrução)

+ 1/3 (índice do PIB)

Aplicada a média entre os índices e encontrado um dado valor, pode-se classificar esse valor do IDH da seguinte maneira:

$0,0 \leq \text{IDH} < 0,5$ – baixo desenvolvimento humano.

$0,5 \leq \text{IDH} < 0,8$ – médio desenvolvimento humano.

$0,8 \leq \text{IDH} \leq 1,0$ – alto desenvolvimento humano.

O conceito de desenvolvimento humano resultou na criação IDH, primeiro índice multidimensional, que expandiu o espaço informacional utilizado para medir a pobreza.

O desenvolvimento humano é um processo de alargamento das escolhas das pessoas. Em princípio essas escolhas são infinitas e variam no tempo. Mas independentemente do nível de renda, as três escolhas essenciais se resumem à capacidade para ter uma vida longa e saudável, adquirir conhecimentos e ter acesso aos recursos necessários a um padrão de vida adequado. O desenvolvimento humano, contudo, não acaba aí. As pessoas também dão grande valor à liberdade política, econômica e social, à oportunidade de ser criativo e produtivo, ao respeito próprio e aos direitos humanos garantidos [...] A renda é um meio, tendo como fim o desenvolvimento humano. (PNUD, 1990, p.10 apud Rolim, 2005, p. 5)

Além do IDH, foi desenvolvido em 1996 o índice de desenvolvimento humano municipal (IDH-M), elaborado pelas equipes da Fundação João Pinheiro (FJP) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) para um estudo sobre o desenvolvimento humano nos municípios mineiros. Embora esse índice siga a mesma metodologia do IDH, houve a necessidade de realizar algumas adaptações devido à disponibilidade de dados estatísticos. As principais alterações foram: o PIB *per capita* e a taxa combinada de matrícula do IDH foram substituídos, respectivamente, pela renda familiar *per capita* média do município e pelo número médio de anos de estudo da população adulta (Rolim, 2005). O IDH-M é um índice aplicável a um município ou a um grupo de indivíduos, diferindo, assim, do IDH no tamanho da área de abrangência, pois este último é utilizado em grandes áreas como a de estados e de países.

Segundo Barros, Carvalho e Franco (2003), apesar de o IDH ter avançado no campo da avaliação da pobreza considerando outras dimensões além da restrita dimensão renda, ele apresenta três deficiências. A primeira delas está relacionada à seleção eventual dos indicadores e pesos utilizados para desenvolver o indicador

sintético. Critica-se o tratamento simplista que se dá ao desenvolvimento humano considerando apenas três dimensões e quatro indicadores. O resultado disso apareceu com a criação de índices similares ao IDH que abrangem um maior número de dimensões.

Uma segunda deficiência apresentada é a de o IDH não poder ser calculado para uma família ou grupo de indivíduos, como negros e mulheres de dada comunidade, já que o índice agrega dados de áreas geográficas, podendo ser calculado para um país, um estado ou um bairro apenas.

Uma terceira e última limitação do IDH é a dificuldade que impõe a agregação. O IDH de um país não pode ser calculado com a média dos valores dos estados.

Utilizando as deficiências analisadas do IDH, Barros, Carvalho e Franco (2003) desenvolveram o índice de desenvolvimento familiar (IDF) que tem como objetivo suprir algumas dessas deficiências, tais como obter um resultado próximo às preferências sociais e ser calculado para um grupo de indivíduos de uma determinada comunidade.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO FAMILIAR (IDF)

O índice de desenvolvimento familiar (IDF) foi desenvolvido por Ricardo Paes de Barros, Mirela de Carvalho e Samuel Franco no trabalho *Índice de Desenvolvimento da Família* (2003) com base em informações do Programa Nacional de Pesquisas Domiciliares (Pnad, 2001). O estudo apresenta um indicador com a mesma tendência do IDH, mas que o supera em algumas das suas limitações e constrói um índice que procura aproximar-se das reais insuficiências sofridas pela população incorporando um maior número de indicadores.

O IDF difere do IDH no que diz respeito à área de abrangência, já que o IDH só pode ser medido para determinada área geográfica e o IDF poderá ser calculado para cada família e agregado para qualquer grupo de indivíduos, como para os negros e mulheres, por exemplo.

Em relação à seleção dos indicadores e definição de pesos, o IDF não difere do IDH, pois também “se baseia numa ponderação balanceada de um conjunto de indicadores sociais comumente utilizados” (Barros, Carvalho e Franco, 2003, p. 6).

O IDF incorpora seis dimensões, 26 componentes e 48 indicadores. A escolha dos indicadores não é definida por questões técnicas ou estatísticas, mas sim reflete as preferências sociais, que são definidas pelas próprias pessoas (Barros, Carvalho e Franco, 2003, p. 2). Pode-se dizer que são realizadas 48 perguntas com respostas sim e não. O sim classifica a família como mais desenvolvida. O não classifica a família como menos desenvolvida. O IDF pode variar entre 0 (pior situação) e 1 (melhor situação).

As seis dimensões consideradas no IDF são: a) ausência de vulnerabilidade; b) acesso ao conhecimento; c) acesso ao trabalho; d) disponibilidade de recursos; e) desenvolvimento infantil; e f) condições habitacionais. Essas dimensões desdobram-se em componentes que por sua vez necessitam de indicadores para representá-los. Por exemplo, a dimensão ausência de vulnerabilidade representa o volume adicional de recursos que uma família necessita para satisfazer as necessidades básicas, em relação ao que seria necessário por uma família normal. Apresenta cinco componentes: fecundidade, atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens; atenção e cuidados especiais com idosos; dependência econômica e presença da mãe. Esses componentes, por sua vez, desdobram-se em 10 indicadores.

Outras medidas multidimensionais foram desenvolvidas no sentido de suprir as carências do IDH. Silva e Barros (2006) desenvolveram o índice de pobreza familiar com base no índice de pobreza humana (IPH).

ÍNDICE DE POBREZA FAMILIAR (IPF)

Anand e Sen (1997, apud Silva e Barros, 2006) criaram o Índice de Pobreza Humana (IPH) para o RDH de 1997 com o intuito de medir as carências no desenvolvimento humano básico nas mesmas dimensões que o IDH, diferindo, contudo, nos indicadores utilizados para indicar essas dimensões. São três os indicadores empregados: expectativa de vida (percentual da população cuja expectativa de vida não atinge 40 anos); educação (percentual de adultos analfabetos) e acesso a condições econômicas essenciais para um padrão de vida (medido pelo percentual de pessoas sem acesso a serviços de saúde e água potável e pelo percentual de crianças menores de cinco anos com insuficiência de peso).

Segundo Silva e Barros (2006, p. 13), o IPH também apresenta limitações semelhantes às do IDH. Uma delas diz respeito à seleção dos indicadores que o compõem e aos pesos utilizados. Os autores afirmam que a escolha desses indicadores foi implícita e não garante uma boa aproximação das preferências sociais. O IPH também é criticado por possuir apenas quatro indicadores. Outra limitação do IPH está relacionada à desagregabilidade e à agregabilidade. Assim como o IDH, o IPH só pode ser calculado para uma determinada área geográfica como um país, um estado ou uma cidade e não pode ser calculado para uma família ou grupo de indivíduos como, por exemplo, negros, mulheres ou famílias de dada comunidade. Também o IPH de um país não pode ser encontrado com a média ponderada dos estados que o compõem.

Depois de analisadas as deficiências do IPH, Silva e Barros (2006, p. 13) desenvolveram o índice de pobreza familiar (IPF) que tem como objetivo obter um resultado que garanta uma melhor aproximação das preferências sociais. O índice de pobreza familiar (IPF) foi criado com base nas informações disponíveis no

Programa Nacional de Amostras Domiciliares (Pnad). É um indicador de pobreza similar ao IPH e foi criado com o objetivo de suprir algumas deficiências deste para melhor expressar a preferência dos indivíduos.

Uma das diferenças entre o IPF e o IPH está ligada à desagregabilidade, já que o IPH só pode ser calculado para uma determinada área geográfica e o IPF pode ser calculado para um grupo de pessoas de uma determinada comunidade, como uma família, negros e mulheres. Uma segunda diferença refere-se à agregabilidade; o IPF de um país pode ser calculado com a média de IPFs dos estados que o compõem, o que não era possível com o outro indicador.

Por fim, uma terceira diferença diz respeito a dimensões, indicadores e pesos: o IPH possuía quatro indicadores e o IPF possui, ao todo, 6 dimensões, 26 componentes e 48 indicadores. É como se os 48 indicadores fossem perguntas nas quais as famílias pudessem responder sim ou não. O sim representa uma necessidade insatisfeita, uma carência ou fonte de vulnerabilidade, resultando num aumento do indicador de pobreza na direção de um maior grau de pobreza. O não representa o contrário, uma necessidade satisfeita, resultando na diminuição do grau de pobreza.

A ponderação do índice consiste na variação de 0 (para famílias não pobres) e 100 (para famílias absolutamente pobres).

As seis dimensões da pobreza avaliadas a partir das informações reunidas na Pnad são: *a*) vulnerabilidade; *b*) acesso ao conhecimento; *c*) acesso ao trabalho; *d*) escassez de recursos; *e*) desenvolvimento infantil; e *f*) carências habitacionais. As dimensões representam a falta de acesso aos meios necessários para as famílias satisfazerem suas necessidades e também a existência de necessidades básicas insatisfeitas.

A aplicação das dimensões está na possibilidade de investigar: *a*) a natureza e o perfil da pobreza das famílias e grupos mais pobres; *b*) o grau de correlação entre as dimensões da pobreza; *c*) a evolução temporal e as disparidades espaciais da pobreza no país; e *d*) a distribuição do grau de pobreza entre as famílias.

Pode-se argumentar que o IPF, assim como outras medidas multidimensionais apresentadas no artigo⁵, foram desenvolvidas tendo como base o conceito de pobreza como um processo de privação de capacitações de Amartya Sen. O que se tem buscado, com o cálculo dessas diferentes medidas da pobreza, é a identificação das privações nas diferentes dimensões de vida das pessoas. Além disso, uma preocupação constante é a definição das dimensões do bem viver e a escala de valores atribuída a elas, uma vez que cada pessoa pode valorar de forma diferente mesmos aspectos relacionados ao bem-estar.

A análise das diferentes medidas de pobreza possibilita que novas formas multidimensionais de caracterização desse problema sejam desenvolvidas e é isso que este artigo pretende. Ou seja, apresentar uma medida multidimensional da

⁵ Para outras medidas multidimensionais da pobreza tendo como *background* a abordagem das capacitações, ver Picolotto (2005), Santos (2007), Khun e Waquil (2006) e Conterato, Schneider; Waquil (2008).

pobreza para a cidade de Palmeira das Missões que possa colaborar com o desenvolvimento do entendimento de pobreza como um fenômeno multiface no Rio Grande do Sul.

POBREZA DE QUÊ EM PALMEIRA DAS MISSÕES? ASPECTOS METODOLÓGICOS

Segundo Comim e Bagolin (2002: 18-19), a pobreza no Rio Grande do Sul é maior no espaço rural, afeta mais as mulheres e está sujeita a variações no uso de linhas alternativas de pobreza, depende do tipo de atividade e do contrato de trabalho a que estão sujeitas as pessoas mais pobres, e é influenciada pelo acesso à justiça nos municípios. Mas, os autores salientam que essas conclusões estão baseadas em informações agregadas e que uma análise qualitativa mais completa necessitaria de não apenas incluir outras variáveis como também de uma investigação exploratória que contemple dados desagregados sobre saúde, educação, habitação, nutrição, etc.

A análise de Comim e Bagolin (2002) abre caminho para pesquisas regionalizadas sobre o fenômeno pobreza no Rio Grande do Sul que explore mais detidamente os aspectos qualitativos através de informações desagregadas. Ou seja, é relevante o desenvolvimento de pesquisas que possa considerar não apenas as estatísticas nacionais e regionais, mas informações individualizadas sobre uma parcela da população em um determinado município em busca de uma caracterização multidimensional mais específica da pobreza.

Kuhn et al. (2006, p. 127) destacam que os esforços para a superação dos diversos aspectos relacionados às situações de pobreza no Rio Grande do Sul passam pela análise de diversos fatores. Para melhorar a qualidade de vida e a possibilidade de escolha da população gaúcha, as diversas regiões e municípios apresentam características e necessidades específicas.

Para a elaboração de uma medida multidimensional da pobreza, tendo como *background* a abordagem da capacitação seniana, foi elaborado um instrumento de pesquisa que foi aplicado junto à população-alvo na cidade de Palmeira das Missões. Ou seja, a proposta de uma medida multidimensional de pobreza foi resultado de um estudo piloto em Palmeira das Missões. O instrumento de pesquisa, baseado nos trabalhos de Barros, Carvalho e Franco (2006) e Santos (2007), objetivou levantar informações sobre diferentes dimensões de vida das pessoas no sentido de avaliar a pobreza como um fenômeno de privação de capacitações.

A população-alvo da pesquisa foi definida a partir de dados já cadastrados em um programa estadual - Primeira Infância Melhor (PIM) – que visa ao desenvolvimento infantil através de um trabalho conjunto entre as visitadoras do programa e as mães (e famílias) de crianças de 0 a 6 anos das famílias mais pobres

do município de Palmeira das Missões⁶. O Programa Primeira Infância Melhor (PIM) foi lançado no Estado do Rio Grande do Sul em 2003, através da assinatura da Portaria n. 15/2003, que o instituiu e definiu as responsabilidades do Estado e dos municípios.

Sob a liderança da Secretaria Estadual da Saúde, e interagindo esforços das Secretarias Estaduais da Educação, da Cultura, e da Justiça e Desenvolvimento Social, o PIM reflete na sua concepção, implantação e evolução o reconhecimento da importância e a complexidade do desenvolvimento infantil. Um dos pressupostos do PIM é que o desenvolvimento infantil é um processo complexo, que envolve várias dimensões: as dimensões neurológica, afetiva, cognitiva e social. (Schneider; Ramires, 2007, p. 50).

A partir dos dados socioeconômicos do PIM foi possível encontrar uma fonte de informações sobre características de diferentes famílias que poderiam ser usadas na pesquisa. Tendo em vista esses fatores, optou-se por trabalhar com 100 mulheres que participam do programa PIM. Essas mulheres residem em três diferentes bairros: Área Verde, Seis de Maio e Santa Catarina. Cabe ressaltar ainda que a decisão de entrevistar apenas mulheres se deu pelo fato de elas serem as formadoras do conhecimento dos filhos, principalmente nos bairros mais pobres, onde a muitas mulheres não trabalham e, assim, passam maior parte de seu tempo com seus filhos. Além disso, essa decisão segue também o argumento de Sen (2000) sobre o importante papel das mulheres no processo de desenvolvimento como expansão das capacitações humanas.

Antes da elaboração do instrumento de pesquisa, foram feitas visitas aos diferentes bairros para o conhecimento da realidade de vida das pessoas. Após a visita e a leitura de outras pesquisas realizadas em outras regiões do país, foi elaborada uma primeira versão do instrumento com a definição de algumas dimensões da vida das pessoas. Essa primeira versão foi apresentada e discutida junto com as visitadoras do PIM que trabalham diretamente com as mães das crianças de 0 a 6 anos de idade. As visitadoras consideraram as dimensões já apresentadas no instrumento como representativas do tipo de vida das mulheres.

Entretanto, sugeriram outras dimensões como importantes tais como ter um bom relacionamento familiar e ter filhos protegidos. Após a discussão do instrumento e seu teste junto às visitadoras, foram realizadas as visitas às 100 mulheres. Cada entrevistador era acompanhado por uma visitadora que desempenhava o papel de mediadora nas entrevistas. Ao final das visitas os instrumentos foram revisados e dois tiveram de ser desconsiderados para a análise final, totalizando, portanto, 98 instrumentos aplicados válidos.

O instrumento de pesquisa foi elaborado com 12 dimensões compostas por 93 indicadores que procuram englobar o que as mulheres valorizam em termos de suas próprias vidas. Destaca-se que as dimensões realmente importantes para as mulheres teriam que ser determinadas pelas próprias mulheres. Todavia, como

⁶ Para maiores informações sobre o PIM como política pública, ver Schneider e Ramires (2007).

essa é a primeira pesquisa e se caracteriza como piloto, optou-se por trabalhar com o PIM pelo fato de que além do cadastro com dados sobre as famílias, as visitadoras conhecem cada uma das famílias que fazem parte do programa PIM, sendo possível construir o instrumento de pesquisa a partir dos relatos das visitadoras.

Para suprimir o problema da escala de valores pessoais atribuídos por cada pessoa em particular, ao final do questionário foram apresentadas todas as dimensões e perguntado às mulheres para elas classificarem cada uma das dimensões como sendo pouco importante, importante e muito importante. Isso permitirá a construção de um *ranking* das dimensões e o estabelecimento de pesos diferenciados para dimensões conforme o que cada mulher considera como de valor para si mesma.

Porém, alguns problemas surgem quando se trata de conhecer a escolha social. Primeiramente, as mulheres não sabiam classificar porque nunca antes tinham pensado nessas dimensões. Num segundo momento, a dificuldade está no grau de confiabilidade dado às respostas porque as mulheres por não apresentarem, na sua maioria, uma perspectiva de futuro também não possuem uma visão crítica sobre suas próprias vidas, fato que atrapalha na atribuição de valor às diferentes dimensões apresentadas. Para efeito de construção da medida de pobreza, optou-se por adotar pesos iguais para todas as dimensões em razão das dificuldades encontradas no estabelecimento de valores pelas próprias mulheres entrevistadas.

As informações levantadas no instrumento de pesquisa possibilitaram o cálculo de uma medida de pobreza multidimensional. Cada dimensão desdobra-se em indicadores, que funciona como uma pergunta, que tem resposta "sim" ou "não". Além disso, cada pergunta investiga se a família em questão tem limitação ou não tem limitação para a realização daquele funcionamento. Cada "sim" mostra que a família não tem limitação para a realização do funcionamento e assume valor um. Já a resposta "não" constitui uma limitação e por isso assume valor zero. Ou seja, cada indicador resulta em uma variável binária que assume valor zero (0) ou um (1).

Por exemplo, na dimensão **morar bem** que é composta por onze indicadores, na primeira pergunta "*sua moradia é própria?*", a resposta "sim" mostra a inexistência de limitação para a realização do funcionamento *morar bem*. A construção da medida de pobreza multidimensional é obtida da seguinte forma:

$$IND_F = \frac{\sum_{i=1}^n Q_i}{n}$$

Onde:

$$IND_F = \text{medida por família}$$

$$n = \text{quantidade de Questões (Q)}$$

$Q \left\{ \begin{matrix} 1 \\ 0 \end{matrix} \right.$, isto é, Q assume valor 0 ou 1

Por exemplo, tomando por base a dimensão morar bem para uma das famílias, tem-se:

$$IND_F = \frac{1+1+1+1+1+1+1+1+1+0+0}{11} = 0,82$$

Essa mesma medida para o grupo de mulheres de um determinado bairro seria:

$$IND_G = \frac{\sum_{i=1}^m IND_{F_i}}{m}$$

Onde:

IND_G = medida por grupo de mulheres de determinado bairro
 m = quantidade de famílias

Como o índice varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 0 estiver o índice obtido, mais limitações para a realização dos seus funcionamentos uma família terá. Ao contrário, quanto mais próximo de 1 estiver a medida, menor as limitações para os funcionamentos.

Ressalta-se que esse índice pode ser obtido para cada família por dimensão considerada e como uma média de todas as dimensões. Também pode ser uma medida global para cada dimensão ou como uma média de todas as dimensões. O que definirá qual índice a ser usado é o objetivo de política pública a ser seguido. Por exemplo, se o objetivo é descobrir em qual dimensão as pessoas pobres têm mais limitações, o interessante é o cálculo do índice para cada família em cada uma das dimensões.

POBREZA DE QUÊ, EM PALMEIRA DAS MISSÕES? RESULTADOS E DISCUSSÃO

A população total em Palmeira das Missões passou de 36.522 em 2001 para 36.628 em 2002, 36.751 em 2003, 36.885 em 2004, 37.021 em 2005 e para 37.155 em 2006. Observa-se que número de pessoas residentes no meio rural reduziu no período considerado, fato verificado pelo percentual da população rural em relação à população total que foi de 15,42% em 2001, 14,77% em 2002, 14,16% em 2003, 13,53% em 2004, 13,93% em 2005 e 12,33% em 2006.

No que se refere ao analfabetismo, verifica-se que no ano de 1991 o percentual de crianças de 7 a 14 anos analfabetas em Palmeira das Missões era de 16,21%, adolescentes de 15 a 17 anos era de 6,16%, pessoas de 18 a 24 anos era

de 7,26% e pessoas de 25 anos ou mais era de 20,93%. Para o ano de 2000, os respectivos percentuais como detalhados acima passam a ser de 6,01%, 0,32%, 4,94% e 14,27%.

Observa-se uma melhora significativa em termos de redução do analfabetismo, especialmente entre as crianças de 7 a 14 anos e adolescentes de 15 a 17 anos.

Quadro 1 - Analfabetismo em Palmeira das Missões (RS)

Indicadores (em %)	Anos	
	1991	2000
Crianças de 7 a 14 anos analfabetas	16,21	6,01
Adolescentes de 15 a 17 anos analfabetas	6,16	0,32
Pessoas de 18 a 24 anos analfabetas	7,26	4,94
Pessoas de 25 anos ou mais analfabetas	20,93	14,27

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Ao se observar, o PIB per capita passou de R\$5.144,00 em, 1996 para R\$11.832,00 em 2004, fato que denota um crescimento ao longo dos anos. Porém, esse crescimento da renda *per capita* parece não ter influenciado uma melhor distribuição de renda.

A desigualdade na distribuição de renda, medida pelo índice de GINI, permaneceu constante em 0,75 nos anos de 1991 e de 2000. Porém, essa desigualdade é superior à média do Estado do Rio Grande do Sul que é de 0,58. Ou seja, existe uma distribuição de renda mais desigual em Palmeira das Missões do que a média de todos os municípios gaúchos.

No que se refere ao nível de renda e à sua composição (Quadro e), verifica-se em 1991 que 85,28% era proveniente de rendimentos do trabalho 9,97% de transferências governamentais; enquanto o percentual de pessoas com mais de 50% da sua renda proveniente de transferências governamentais era de 7,45%. Para o ano de 2000, 72,34% era proveniente de rendimentos do trabalho, 18,43% de transferências governamentais e 16,69% das pessoas tem mais de 50% de sua renda proveniente de transferências governamentais.

O que fica evidente é o aumento no volume de transferências governamentais no período de 1991 a 2000.

Quadro 2 – Nível e composição da renda em Palmeira das Missões (RS)

Indicadores (em %)	Anos	
	1991	2000
Renda proveniente de rendimentos do trabalho	85,28	72,34
Renda proveniente de transferências governamentais	9,97	18,43

Pessoas com mais de 50% da sua renda proveniente de transferências governamentais	7,45	16,69
---	------	-------

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

A intensidade da indigência em 1991 era de 39,56%, enquanto a intensidade de pobreza era de 47,23%. Para o ano de 2000, esses percentuais passam a ser de 42,48% e de 44,89%. No ano de 1991, o percentual de pessoas com renda *per capita* abaixo de R\$37,75 era de 24,13%, percentual de pessoas com renda *per capita* abaixo de R\$75,50 era de 50,29%. Esses percentuais para o ano de 2000 passam a ser de 16,31% e de 35,48%.

Quadro 3 - Pobreza e indigência em Palmeira das Missões (RS)

Indicadores (em %)	Anos	
	1991	2000
Intensidade da indigência	39,56	42,48
Intensidade da pobreza	47,23	44,89
Percentual de pessoas com renda <i>per capita</i> abaixo de R\$37,75	24,13	16,31
Percentual de pessoas com renda <i>per capita</i> abaixo de R\$75,50	50,29	35,48

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Analisando os dados sobre vulnerabilidade para o ano de 1991, é possível verificar que o percentual de mortalidade até um ano de idade era de 17,28 % e até 5 anos era de 20,26%. Para o ano de 2000, o percentual de mortalidade até um ano de idade era de 16,86%, já o percentual de mortalidade de até 5 anos era de 17,11%. Ou seja, ocorreu uma redução no percentual de mortalidade entre crianças de 1 a 5 anos de idade.

No entanto, a probabilidade de sobrevivência até 40 anos permaneceu constante entre 1991 e 2000, enquanto a probabilidade de sobrevivência até 60 anos de idade aumentou.

Quadro 4 - Vulnerabilidade em Palmeira das Missões (RS)

Indicadores (em %)	Anos	
	1991	2000
Mortalidade até um ano de idade	17,28	16,86
Mortalidade até cinco anos de idade	20,26	17,11
Probabilidade de sobrevivência até 40 anos	93,54	93,64

Probabilidade de sobrevivência até 60 anos	81,31	83,19
--	-------	-------

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Uma análise dos subíndices do IDH-M (Quadro 7) permite observar que a esperança de vida ao nascer aumentou de 70,9 anos para 72,05 anos no período de 1991 a 2000. O índice de desenvolvimento-educação passou de 0,76 para 0,86. O índice de desenvolvimento-longevidade passou de 0,76 para 0,78. O índice de desenvolvimento - renda passou de 0,64 para 0,70. A taxa bruta de freqüência à escola passou de 63,41% para 83,14%; a taxa de alfabetização passou de 83,38% para 87,94%.

Quadro 5 - Componentes do IDH-M em Palmeira das Missões (RS)

Componentes	Anos	
	1991	2000
Esperança de vida ao nascer (anos)	70,9	72,05
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-Educação	0,77	0,86
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-Longevidade	0,77	0,78
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-Renda	0,64	0,71
Taxa bruta de freqüência à escola (em %)	63,41	83,14
Taxa de alfabetização (em%)	83,38	87,94

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Uma análise isolada dos sub-índices do IDH-M indica uma melhora no ano de 2000 em relação ao ano de 1991. Porém, se forem discutidos outros fatores, como indigência e a composição da renda, é possível verificar que a melhora acima não é tão evidente. Ou seja, a intensidade de indigência aumentou no período considerado e o montante de renda proveniente do trabalho diminuiu enquanto o percentual de renda proveniente de transferências governamentais aumentou.

Os dados secundários, pelo lado exclusivo da renda, parecem indicar uma melhoria na qualidade de vida das pessoas em Palmeira das Missões. Porém, quando se observa o índice de GINI e as transferências governamentais, é possível conjecturar que outras fontes de privação estão presentes na vida das pessoas de Palmeira das Missões. Para investigar esses fatores qualitativos de privação são discutidos a seguir os resultados obtidos com a pesquisa de campo e com o cálculo da medida multidimensional de pobreza.

Algumas das informações obtidas no instrumento de pesquisa, baseado em pesquisas anteriores e tendo como *background* a abordagem da capacitação de

Amartya Sen, que foi composto por doze dimensões e noventa e três indicadores, podem ser visualizadas a seguir:

Tabela 1 – Alguns Indicadores das doze dimensões

Indicadores	Frequência		Total
	SIM	NÃO	
Sua moradia é própria?	85	13	98
Possui banheiro dentro de casa?	72	26	98
Existe cama para todos os moradores da casa?	66	32	98
Você pratica algum esporte?	6	92	98
Você já fez exame ginecológico?	68	30	98
Você sabe como se prevenir contra doenças sexualmente transmissíveis?	85	13	98
Você está empregada?	10	88	98
Mais da metade dos membros da sua família encontram-se ocupados?	23	75	98
Você trabalha com carteira assinada?	1	97	98
Você já freqüentou a escola?	92	6	98
Existe algum adulto com secundário completo?	11	87	98
Existe algum adulto com alguma educação superior?	1	97	98
As crianças praticam algum esporte?	50	48	98
Não há (houve) adolescente grávida na família?	79	19	98
Sua casa possui energia elétrica?	91	7	98
Você tem acesso à água encanada?	89	9	98
Há drenagem para esgoto?	42	56	98
Você já realizou tudo o que esperava realizar na sua vida?	25	73	98
Você se considera uma pessoa feliz?	87	11	98
Você teme pelo futuro do seu filho?	83	15	98
Você nunca precisou reduzir a quantidade de alimentos por falta de dinheiro?	33	65	98
Todos da casa recebem no mínimo três refeições diárias?	82	16	98
Você possui recursos para comprar roupas e calçados?	47	51	98
Você nunca deixou de ir a algum lugar porque não achava que estava devidamente vestida?	33	65	98

Você pode contar com os vizinhos no caso de necessidade?	81	17	98
Você costuma se reunir com alguém para tomar chimarrão?	82	16	98
Você participa de algum culto religioso?	88	10	98
Você vive com seus filhos e companheiro?	79	19	98
Você e seu companheiro estão juntos há mais de um ano?	77	21	98
Toda a renda da família é recebida na forma de salário?	49	49	98
A família recebe algum tipo de transferência do governo?	74	24	98

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir dos dados primários da pesquisa de campo.

A Tabela 1 apresenta alguns indicadores de cada dimensão, obtidos com a aplicação do instrumento de pesquisa. Os indicadores da dimensão morar bem mostram que 85 das entrevistadas possuem casa própria, 72 têm banheiro dentro das casas e 66 têm cama para todos os moradores. Os indicadores da dimensão ter boa saúde foram: apenas 6 praticam esporte, 66 fizeram exame ginecológico e 85 afirmaram saber como se prevenir contra doenças sexualmente transmissíveis.

Na dimensão ter trabalho gratificante foi verificado que 10 estavam empregadas, sendo que apenas uma trabalhava com carteira assinada e 23 disseram que metade dos membros da família encontrava-se ocupada. Já em relação à dimensão ter acesso ao conhecimento 92 freqüentaram a escola, 11 disseram que nas suas famílias havia algum adulto com ensino secundário e apenas uma respondeu que em sua família havia adulto com ensino superior.

Na dimensão ter filhos protegidos: 50 disseram que as crianças praticavam esporte e 19 afirmaram que houve adolescente grávida na família.

As respostas das entrevistadas para os indicadores da dimensão ter acesso aos serviços básicos foram que 91 possuem energia elétrica, 89 têm acesso à água encanada e 42 têm drenagem para esgoto em suas casas.

Os indicadores da dimensão ter perspectiva para o futuro foram: 25 já realizaram tudo o que desejavam em suas vidas, 87 se consideram felizes e 83 temem pelo futuro de seus filhos. Na dimensão comer adequadamente foram: 65 já precisaram reduzir a quantidade de alimentos por falta de dinheiro e 82 disseram que todos na família fazem no mínimo as três refeições diárias.

Quanto aos indicadores da dimensão vestir-se adequadamente: 47 das entrevistadas afirmaram que possuem recursos para adquirir roupas e calçados e 33 nunca deixaram de ir a algum lugar porque achavam que não estavam devidamente vestidas. E em relação à dimensão participar da vida da comunidade 81 podem contar com os vizinhos em caso de necessidade, 82 costumam se reunir com alguém para tomar chimarrão e 88 participam de algum culto religioso.

Ter bom relacionamento familiar teve como indicadores citados: você vive com seus filhos e companheiro e você e seu companheiro vivem juntos há mais de um ano, o primeiro obteve 79 e o segundo 77 respostas afirmativas.

Por fim, ter disponibilidades de recursos teve como indicadores: toda a renda da família é recebida na forma de salário e a família recebe algum tipo de transferência do governo, sendo o primeiro 49 respostas afirmativas e o segundo 74.

A partir dos indicadores apresentados foi possível verificar quais as privações sofridas pelas entrevistadas. Destacam-se algumas como: a falta de cama para todos os integrantes da família, a falta de cuidados com a saúde, o alto índice de entrevistadas em situação de desemprego, a baixa escolaridade das entrevistadas e de seus familiares. Verificou-se também o alto número de residências sem drenagem de esgoto (fator que ocasiona a proliferação de doenças) e o elevado número de famílias dependentes de transferências governamentais.

Além de obter esses dados, o instrumento de pesquisa trazia ao final todas as dimensões consideradas para serem classificadas pelas mulheres como pouco importante, importante e muito importante (Tabela 2). Algumas dimensões consideradas muito importantes foram ter saúde e ter filhos protegidos. Como pouco importantes foram citadas vestir-se adequadamente e participar da vida da comunidade.

Tabela 2 – Classificação das dimensões realizada pelas mulheres

Dimensões	Alternativas	Pouco Importante	Importante	Muito Importante	Total
1. MORAR BEM	Freqüência	5	28	65	98
	%	5,1	28,6	66,3	100
2. TER BOA SAÚDE	Freqüência	0	17	81	98
	%	0	17,4	82,7	100
3. TER TRABALHO	Freqüência	0	27	71	98
	%	0	27,5	72,5	100
4. TER ACESSO AO CONHECIMENTO	Freqüência	4	28	66	98
	%	4,1	28,5	67,4	100
5. TER FILHOS PROTEGIDOS	Freqüência	0	10	88	98
	%	0	10,2	89,8	100
6. TER ACESSO A SERVIÇOS BÁSICOS	Freqüência	1	35	62	98
	%	1,0	35,7	63,3	100
7. TER PERSPECTIVA PARA O FUTURO	Freqüência	5	38	55	98
	%	5,1	38,8	56,1	100
8. COMER ADEQUADAMENTE	Freqüência	2	27	69	98
	%	2,0	27,56	70,4	100

9. VESTIR-SE ADEQUADAMENTE	Freqüência	10	34	54	98
	%	10,2	34,7	55,1	100
10. PARTICIPAR DA VIDA DA COMUNIDADE	Freqüência	11	43	44	98
	%	11,2	43,9	44,9	100
11. TER BOM RELACIONAMENTO	Freqüência	1	22	75	98
	%	1,0	22,5	76,5	100
12. TER DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	Freqüência	1	20	77	98
	%	1,0	20,4	78,6	100

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir de dados primários da pesquisa de campo.

Ao comparar as informações geradas pelas tabelas anteriores pode-se perceber que apesar de as entrevistadas apresentarem maior privação nas dimensões ter acesso ao conhecimento e ter disponibilidade de recursos, elas consideraram de maior importância as dimensões ter saúde e ter filhos protegidos. Esse fato indica que as mulheres entrevistadas não sabem definir quais as dimensões nas quais sofrem maior privação.

A Tabela 3 mostra o índice multidimensional para o grupo de mulheres (IND_G) para cada uma das doze dimensões consideradas no instrumento de pesquisa. A análise desse índice pode ser feita para cada bairro isoladamente ou para o conjunto deles.

Se for realizada uma análise por bairro, é possível argumentar que as mulheres residentes no bairro Santa Catarina são as pessoas de maior limitação para a realização dos funcionamentos morar bem, ter boa saúde, ter trabalho gratificante, ter acesso ao conhecimento, comer e vestir-se adequadamente, mostrado pelo menor IND_G . As mulheres residentes no bairro Área Verde têm mais limitação na realização dos seguintes funcionamentos: ter acesso a serviços básicos e ter disponibilidade de recursos. As mulheres residentes no bairro Seis de Maio têm mais limitação na realização dos seguintes funcionamentos: ter filhos protegidos, ter perspectiva de futuro e participar da vida da comunidade.

É possível identificar, com o cálculo do índice multidimensional, em quais dimensões as pessoas pobres possuem maiores limitações para a sua efetiva realização e, conseqüentemente, serem alvo de uma política pública de combate à pobreza.

No caso dos três bairros, as mulheres residentes no Santa Catarina são as que possuem mais limitação em um maior número de funcionamentos. Ou seja, pode-se argumentar que as mulheres desse bairro são mais privadas do que as mulheres dos outros dois bairros.

Quando analisamos os índices para os três bairros, é possível verificar que mais limitação existe na realização dos funcionamentos: ter disponibilidade de recursos, ter acesso ao conhecimento, ter trabalho gratificante e ter perspectiva de

futuro e ter acesso a serviços básicos. A menor limitação está na realização dos seguintes funcionamentos: ter bom relacionamento familiar, ter filhos protegidos, participar da vida da comunidade, comer adequadamente, vestir-se adequadamente e ter boa saúde.

Tabela 3 – Índice multidimensional por grupo de famílias para cada dimensão

Bairro	<i>IND_G</i> (morar bem)	<i>IND_G</i> (ter boa saúde)	<i>IND_G</i> (ter trabalho gratificante)	<i>IND_G</i> (ter acesso ao conhecimento)	<i>IND_G</i> (ter filhos protegidos)	<i>IND_G</i> (ter acesso serviços)
Área Verde	0,62	0,65	0,60	0,42	0,85	0,50
Seis de Maio	0,72	0,63	0,45	0,59	0,74	0,61
Santa Catarina	0,60	0,60	0,35	0,24	0,75	0,57
TOTAL	0,65	0,63	0,47	0,42	0,78	0,56
Bairro	<i>IND_G</i> (ter perspectiva)	<i>IND_G</i> (comer adequadamente)	<i>IND_G</i> (vestir-se)	<i>IND_G</i> (participar vida comunidade)	<i>IND_G</i> (ter bom relacionamento)	<i>IND_G</i> (ter disponibilidade de recursos)
Área Verde	0,46	0,71	0,64	0,79	0,93	0,15
Seis de Maio	0,40	0,66	0,66	0,64	0,81	0,61
Santa Catarina	0,48	0,62	0,58	0,68	0,81	0,29
TOTAL	0,45	0,66	0,63	0,70	0,85	0,35

Fonte: Elaborada pelas autoras a partir dos dados primários da pesquisa de campo.

Se fossem adotadas as faixas de classificação do IDH (baixo, médio e alto) para o caso do *IND_G*, poder-se-ia argumentar que a pobreza alta está em: ter disponibilidade de recursos, ter acesso ao conhecimento, ter trabalho gratificante e ter perspectiva de futuro. Uma pobreza média é encontrada nos funcionamentos ter acesso a serviços, ter boa saúde, vestir-se adequadamente, morar bem, comer adequadamente, participar da vida comunidade e ter filhos protegidos. Apenas no funcionamento ter bom relacionamento familiar que existiria uma pobreza baixa. Seria possível conjecturar que uma possível política de combate à pobreza teria que ter como alvo os funcionamentos ter disponibilidade de recursos, ter acesso ao conhecimento, ter trabalho gratificante e ter perspectiva de futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pobreza, por ser um fenômeno multifacetado, não pode ser plenamente compreendida apenas por análises exclusivas na insuficiência de renda. Em muitos

casos, as pessoas são pobres por insuficiência de outros fatores. Por exemplo, uma pessoa pode ter maior limitação em uma dimensão como ter filhos protegidos se ela residir em um local de maior incidência de criminalidade no que na dimensão ter disponibilidade de recursos. Assim, a pobreza precisa ser entendida por meio de medidas multidimensionais que considerem o maior número possível de dimensões importantes para a vida das pessoas pobres.

Além disso, uma política pública de combate à pobreza será mais efetiva se atender às dimensões corretas. Ou seja, se pensarmos no exemplo acima em que as pessoas não podem realizar o funcionamento ter os filhos protegidos, a política de combate à pobreza passaria por medidas de redução da violência. Não adiantaria uma política pautada em distribuição de recursos porque as pessoas continuariam pobres na dimensão ter filhos protegidos.

As políticas públicas são elaboradas com base nas medidas de pobreza. Contudo, se faz necessário analisar quais os impactos da utilização das medidas uni ou multidimensionais. Se for utilizada a medida unidimensional, baseada apenas na renda, um aumento na renda *per capita* em Palmeira das Missões significaria uma diminuição no número de pobres deste município. Entretanto, essa medida não analisa se essas pessoas que “deixaram” de ser pobres na dimensão renda tiveram outras de suas necessidades básicas satisfeitas.

Já as medidas multidimensionais têm um espaço informacional expandido, levando em consideração outros fatores de avaliação como educação, saúde, longevidade como é o caso do IDH. Porém, mesmo incluindo outros indicadores na avaliação, as medidas multidimensionais comumente usadas também não expressam adequadamente se os indivíduos deixaram de ser privados em suas dimensões de vida mais valoradas.

A medida de pobreza IND_G calculada nesse artigo para as mulheres de Palmeira das Missões mostra que mais limitação existe na realização dos funcionamentos ter disponibilidade de recursos, ter acesso ao conhecimento, ter trabalho gratificante, ter perspectiva de futuro e ter acesso a serviços básicos. A menor limitação está na realização dos funcionamentos ter bom relacionamento familiar, ter filhos protegidos, participar da vida da comunidade, comer adequadamente, vestir-se adequadamente e ter boa saúde.

Neste sentido, esse artigo caracteriza-se como uma tentativa de mostrar que através de medidas como o IND_G é possível descobrir em qual dimensão de vida a população é mais privada, e, assim, focalizar as políticas públicas para melhor suprir essas necessidades.

Multidimensional measure of poverty: a case study in Palmeira das Missões – RS

ABSTRACT

We generally believe that a poor person is only the one who does not afford surviving. Earlier works developed by researches in Rio Grande do Sul verified other dimensions of poverty. It is important to investigate qualitative data about poor people looking for developing analyses on poverty as a process of privation of capabilities. The argument of this paper is that a person can be poor if she does not have access to basic services like education, health services, electricity, or still not having basic capabilities, which are important for freedom of choice towards different kinds of life. The main objectives are: i) to present the concept of poverty as deprivation of capabilities and some multidimensional measures of poverty ii) to calculate, using the capability approach, a multidimensional measure of poverty for women who live in Palmeira das Missões – RS.

Keywords: poverty, multidimensional measures, Palmeira das Missões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, R.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. O Índice de Desenvolvimento Familiar (IDF). Texto para Discussão nº. 986. IPEA, 2003.
- BANCO MUNDIAL. Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2000/2001. Capítulo 1: Natureza e Evolução da Pobreza. Disponível: www.worldbank.org/poverty/portuguese/wdr/cap01.pdf. Acesso: 16/11/2007
- CODES, Ana Luiza Machado. A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa. Texto para discussão nº. 1332, Brasília: IPEA, 2008.
- COMIM, F.; BAGOLIN, I. Aspectos Qualitativos da Pobreza no Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, PUC-RS, 2002. Disponível: http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/eeg/1/mesa_4_comim_bagolin.pdf. Acesso: 05 mai. 2007.
- CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S.; WAQUIL, P. D. Desigualdades Regionais de Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul: uma proposta de análise multidimensional a partir de três microrregiões. In: IV ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, Porto Alegre: FEE/PUCRS, 2008.

- KUHN, D. et al.. Pobreza no Rio Grande do Sul: A heterogeneidade revelada pela abordagem das capacitações nos municípios gaúchos. *Teoria e Evidência Econômica*, 2006, 14 (26): 113-134.
- PICOLOTTO, Volnei da Conceição. Pobreza como privação de capacitações no Rio Grande do Sul. In: VIII ENCONTRO DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL - ANPEC SUL 2005.
- PNUD. Desenvolvimento Humano para erradicar a pobreza. Relatório de Desenvolvimento Humano, 1997. Disponível: <http://www.pnud.org.br/rdh/rdh97/index.php>. Acesso: 06 jun. 2007.
- PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2003). Disponível: Disponível: <http://www.pnud.org.br/rdh/>. Acesso: 05 jun. 2007.
- PNUD. Combater a mudança do clima: Solidariedade Humana em um mundo dividido. Relatório de Desenvolvimento Humano, 2007. Disponível: <http://www.pnud.org.br/rdh/>. Acesso: 10 fev. 2008.
- SANTOS, Larissa Martins. Pobreza como privação de liberdade: Um estudo de caso na favela do Vidigal no Rio de Janeiro 2007. Dissertação de Mestrado PPGE/UFF.
- SCHNEIDER, A.; RAMIRES, V. R. Primeira Infância Melhor: uma inovação em política pública. Brasília: UNESCO, Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, 2007.
- SEN, Amartya. Poverty and Famines. An essay an entitlement and deprivation. Oxford: Clarendon Press, 1981.
- SEN, Amartya. Well-Being, agency and freedom (the Dewey Lectures, 1984). In: *The Journal of Philosophy*, 1985, 82(4): 169-221.
- SEN, Amartya. Development as Freedom. New York: Anchor Books, 1999.
- SEN, Amartya. Desigualdade Reexaminada. Trad. Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Editora Record, 2001 [1992].
- SEN, Amartya. Capability and well-being, in NUSSBAUM, M. SEN A. K. (eds), 1993, pp. 30-55.
- SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SEN, Amartya. Rationality and Freedom. Cambridge, London: The Belknap Press of Harvard University Press, 2002.
- SILVA, M.; BARROS, R. Pobreza Multidimensional no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEC, 2006. Disponível: http://www.anpec.org.br/encontro_2006.htm. Acesso: 10 jul. 2007.
- World Development Report. Attacking Poverty. World Bank, 2000/2001. Disponível: <http://www.worldbank.org/>. Acesso: 10 jul. 2007.